COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.311, DE 2012

Acrescenta art. 35-B na Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Autor: Deputado Antônio Bulhões

Relator: Deputado Marcos Rogério

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em apreço visa a acrescentar art. 35-B na Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre pesquisa de opinião pública relativas às eleições.

A proposição obriga as entidades e empresas que realizam pesquisa de opinião pública relativas às eleições a inserirem, nas pesquisas divulgadas no ano em que ocorrer eleições e no período anterior à definição dos candidatos aos cargos majoritários dos partidos em convenções, o nome de todos os pré-candidatos definidos por todos os partidos com as respectivas intenções de votos.

Os partidos políticos deverão encaminhar aos institutos de pesquisas, até o final da primeira quinzena do mês de janeiro do ano eleitoral, os nomes de seus pretensos candidatos. A omissão do partido político desobriga o instituto de pesquisa, mas os pré-candidatos, com tempo de filiação que os habilite a disputar a eleição naquele ano, poderão fazê-lo.

O autor destaca o “importante e decisivo o papel desempenhado pela mídia na formação da vontade dos cidadãos e na informação a respeito das principais questões que configuram a agenda pública

dos governos e da discussão dos problemas que afetam a sociedade como um todo”. E entende que a “consulta pública pode ser elemento importante para a avaliação, pelo próprio partido, do respaldo dos diferentes pré-candidatos junto ao público”.

A matéria tramita em regime de prioridade e é de competência do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alíneas a,e, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto sob exame.

Estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência da União (art. 21, I, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

De outro lado, constatamos que o projeto não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à constitucionalidade material.

Quanto à juridicidade, nada a opor.

A técnica legislativa e a redação empregadas merecem reparos no que tange à inclusão da sigla “NR” a fim de adequá-las às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

No que concerne ao mérito, nos posicionamos favoravelmente à proposta em tela. De fato, a pesquisa de opinião pública relativa às eleições tem papel relevante para a avaliação do partido e da sociedade. Entendemos ser importante que os nomes de todos os pré-candidatos definidos pelos partidos figurem nas pesquisas com as respectivas

intenções de votos. Consideramos, entretanto, que o § 3º do projeto deve ser suprimido. Não nos parece razoável que, se os partidos não indicarem seus pré-candidatos, possam fazê-lo aqueles com tempo de filiação que os habilite a disputar a eleição daquele ano.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.311, de 2012, e no mérito, pela sua aprovação com as emendas anexas.

Sala da Comissão, em 26 de Junho de 2012.

Deputado Marcos Rogério

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.311, DE 2012

Acrescenta art. 35-B na Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o § 3º do art. 35-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, acrescido pelo art. 1º do projeto em epígrafe, renumerando-se o parágrafo seguinte.

Sala da Comissão, em 26 de Junho de 2012.

Deputado Marcos Rogério
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.311, DE 2012

Acrescenta art. 35-B na Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se a sigla "(NR)" ao final do art. 35-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, acrescido pelo art. 1º do projeto em epígrafe.

Sala da Comissão, em 26 de Junho de 2012.

Deputado Marcos Rogério
Relator